

Territórios-acampamentos e a construção de um território contra-hegemônico no sudeste paraense

Territories-camps and the construction of a hegemonic territory in southeast Pará

Territorios-acampamientos y la construcción de un territorio contrahegemónico en el sudeste de Pará

Rogério Rego Miranda ¹  <https://orcid.org/0000-0001-6309-7653>

Michel de Melo Lima ²  <https://orcid.org/0000-0003-1757-2235>

1 Universidade Federal do Pará (UFPA)  - Belém (PA), Brasil

2 Universidade do Estado do Pará (UEPA)  - Belém (PA), Brasil

Autor de correspondência: rogeriomir@ufpa.br

Recebido: 14 Ago. 2024. Aceito: 24 Set. 2024

Editor de seção: Hugo Rogério Hage Serra  <https://orcid.org/0000-0002-4026-8437>

Resumo

Introdução: Os territórios-acampamentos são produtos da luta dos movimentos socioterritoriais que os constroem no sentido de produzir um território contra-hegemônico que se relaciona a disputa pela terra, mas igualmente pelos aparelhos privados de hegemonia com o intuito de (re)definir valores e concepções acerca da reforma agrária. Para este fim, os acampados tecem relações que levam a sua territorialização, a partir dos acampamentos, construindo nessas áreas: escolas, associações/cooperativas, casas, famílias e identidades. **Métodos:** Com o objetivo geral de compreender as dinâmicas de luta pela terra que envolvem os acampados do sudeste paraense com foco em suas articulações em rede para permanência no território, foram pesquisados, durante os anos de 2014 a 2015 e 2021 a 2023, momento em que se utilizou enquanto procedimentos metodológicos a observação sistemática, pesquisa participante, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas nos territórios-acampamentos organizados pelo MST no sudeste paraense. **Resultados:** Esses acampamentos são articulados em uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* e materializam a política de escala utilizada pelos movimentos socioterritoriais para a permanência no/do território, por meio da criação de Projetos de Assentamento. **Conclusão:** Os movimentos socioterritoriais constroem territórios-acampamentos por meio da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra e da política de escala desenvolvem um conjunto de relações econômico-políticas e cultural-simbólicas que permitem a construção de um território de *luta e resistência* permanente e em diversas escalas geográficas contra o agronegócio e a mineração; de *comunicação* por possibilitar a formação política dos sujeitos; e de *interação espacial* que cria condições de sociabilidades próximas e coletivas.

Palavras-chave: Territórios-acampamentos; Território contra-hegemônico; MST; Sudeste paraense.

Abstract

Introduction: The encampment territories are products of the struggle of socio-territorial movements that build them in order to produce a counter-hegemonic territory that is related to the dispute over land, but also to the private apparatuses of hegemony with the aim of (re)defining values and conceptions about agrarian reform. To this end, the campers weave relationships that lead to their territorialization, starting from the encampments, building: schools, associations/cooperatives, homes, families and identities in these areas. **Methods:** With the general aim of understanding the dynamics of the struggle for land involving the encamped people of southeastern Paraná, with a focus on their networking to remain in the territory, research was carried out from 2014 to 2015 and 2021 to 2023, using systematic observation, participant research, questionnaires and semi-structured interviews in the territories-encampments organized by the MST in southeastern Paraná as methodological procedures. **Results:** These encampments are articulated in a geographic network of peasant solidarity in the struggle for land and materialize the policy of scale used by socio-territorial movements to remain in the territory, through the creation of Settlement Projects. **Conclusion:** Socio-territorial movements build camp-territories through the construction of a geographic network of peasant solidarity in the struggle for land and the politics of scale. They develop a set of economic-political and cultural-symbolic relationships that allow for the construction of a territory of permanent struggle and resistance on various geographic scales against agribusiness and mining; of communication that allows for the political formation of subjects; and of spatial interaction that creates conditions for close and collective sociability.

Keywords: Territories-camps; Counter-hegemonic territory; MST; Southeast of Pará.

Resumen

Introducción: Los territorios de los campamentos son producto de la lucha de los movimientos socioterritoriales que los construyen para producir un territorio contrahegemónico que se relaciona con la disputa por la tierra, pero también con los aparatos privados de la hegemonía con el objetivo de (re)definir valores y concepciones sobre la reforma agraria. Para ello, los acampados tejen relaciones que conducen a su territorialización, partiendo de los campamentos, construyendo: escuelas, asociaciones/cooperativas, viviendas, familias e identidades en estos espacios. **Métodos:** Con el objetivo general de comprender la dinámica de la lucha por la tierra que involucra a los acampados del sudeste de Paraná, con foco en su trabajo en red para permanecer en el territorio, se realizó una investigación de 2014 a 2015 y de 2021 a 2023, utilizando como procedimientos metodológicos la observación sistemática, la investigación participante, cuestionarios y entrevistas semiestructuradas en los territorios-campamentos organizados por el MST en el sudeste de Paraná. **Resultados:** Estos campamentos se articulan en una red geográfica de solidaridad campesina en la lucha por la tierra y materializan la política de escala utilizada por los movimientos socioterritoriales para permanecer en el territorio, a través de la creación de Proyectos de Asentamiento. **Conclusión:** Los movimientos socioterritoriales construyen campamentos-territorios a través de la construcción de una red geográfica

de solidaridad campesina en la lucha por la tierra y la política de escala. Desarrollan un conjunto de relaciones económico-políticas y cultural-simbólicas que permiten la construcción de un territorio de lucha y resistencia permanente en diversas escalas geográficas contra el agronegocio y la minería; de comunicación que permite la formación política de sujetos; y de interacción espacial que crea condiciones de sociabilidad cercana y colectiva.

Palabras-clave: Territorios-campamentos; Territorio contrahegemônico; MST; Sudeste de Pará.

“Única chance de libertação de trabalhar para os outros é o movimento... esse pedacinho de chão chama-se liberdade, me libertei da escravidão de trabalhar para os outros.” (Entrevistado A, acampado do Acampamento Roseli Nunes, Tucumã-PA, 2015)¹.

Introdução

A realidade do espaço agrário brasileiro vem passando, nos últimos anos, por um acirramento nos conflitos agrários, com o aumento significativo do número de assassinatos de lideranças de movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005) que lutam pela reforma agrária e, para este fim, desenvolvem diversas estratégias, dentre as quais se destaca a construção dos acampamentos que visam a territorialização permanente dos “sem-terra”, ao mesmo tempo que propõem um outro projeto de desenvolvimento territorial que conflita com o modelo hegemônico, pautado no agronegócio e na mineração. Na fala de um dos acampados, os acampamentos representam “o nosso futuro! Um sonho de uma alimentação saudável, hoje só se vê o agronegócio.”².

Nesse contexto, os acampamentos configuram uma estratégia de luta pela terra de trabalho (Martins, 1980), na qual os movimentos socioterritoriais ocupam terras com algum nível de irregularidade e constroem um acampamento no qual, em seu centro, estrutura-se uma pequena vila com as casas feitas com materiais improvisados, escola, barracão para reuniões coletivas, diminutas áreas destinadas ao plantio coletivo ou individual, dentre outras formas espaciais que permitam a permanência das famílias sem-terra, ainda que em condições precarizadas.

Essa estratégia visa pressionar o poder público em suas diversas esferas, com vistas a realizar, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a vistoria da área pleiteada e, assim, iniciar os procedimentos necessários para a implementação da reforma agrária, pois de outra maneira o Estado não a realiza, especialmente em uma realidade como a do sudeste paraense, em que há o interesse de grandes empresas atreladas ao agronegócio e à mineração.

Objetivos

Com o objetivo geral de compreender as dinâmicas de luta pela terra que envolvem os acampados do sudeste paraense, com foco em suas articulações em rede para permanência no território, desenvolveu-se uma pesquisa nos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Sudeste paraense, no período de 2014 a 2015, período em que se realizou pesquisa de campo em seis acampamentos que foram georreferenciados, resultando em mapas temáticos. Permaneceu-se em cada um desses espaços, em média, uma semana; porém, retornou-se constantemente em outros momentos para períodos mais curtos, inclusive nos anos de 2021 a 2023.

¹ Todas as entrevistas transcritas e analisadas nesse artigo foram obtidas em trabalho de campo e autorizadas pelos entrevistados; no entanto, em face do momento histórico de perseguição aos movimentos, houve a supressão dos nomes.

² Entrevistada B, acampada do Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015.

Métodos

Ao longo do trabalho *in loco*, aplicou-se questionários em um percentual mínimo de 10% dos acampados; assim, tivemos 59 questionários no Helenira Resende; 60 questionários no Hugo Chaves – ambos no município Marabá –; 59 questionários no Dalcídio Jurandir, no município de Eldorado dos Carajás; 60 questionários no Frei Henri no município de Curionópolis; 62 questionários no João Canuto, no município de Sapucaia; e 27 questionários no Roseli Nunes, no município de Tucumã, totalizando 327 questionários, cujos dados foram tabulados e sistematizados em forma de gráficos, e tinham por sentido a compreensão das formas de reprodução socioeconômica dos acampados.

Também se realizaram entrevistas semiestruturadas com as lideranças de cada acampamento, para o entendimento da organização interna desses locais e de sua geografia de luta; em outras palavras, para que fosse possível a análise qualitativa da construção territorial desses acampamentos, suas disputas internas e externas, contradições, estratégias de resistência e projeto de reforma agrária que estava sendo gestado.

Igualmente, desenvolveu-se a observação sistemática, para melhor compreensão do cotidiano desses acampamentos, que, posteriormente, ampliou-se para uma pesquisa participante à medida em que se passou a contribuir e a participar ativamente nessas realidades, nas quais há um acompanhamento até o presente momento com o sentido da melhor compreensão do movimento de des-re-territorialização (Haesbaert, 2004) no qual os acampados estão submetidos.

Resultados

Definindo os territórios-acampamentos...

O sudeste paraense vem se destacando no cenário econômico brasileiro pela sua acentuada produção agropecuária (soja e gado) e mineral (alumínio, cobre, estanho, manganês, níquel, tungstênio, ouro e ferro)³, razão pela qual é uma região atravessada por diversos projetos de infraestrutura da iniciativa privada e/ou estatal como hidrelétricas (projeto da hidrelétrica de Marabá), ferrovias (duplicação da Estrada de Ferro Carajás da empresa VALE S.A e o projeto da Ferrovia Paraense), hidrovias, portos e pavimentação de estradas que ampliam a capacidade produtiva e de circulação das *commodities* e implementam uma valorização do espaço, conforme conceituação de Antonio Carlos Robert Moraes (1982).

Disputando o território com esses grandes projetos de desenvolvimento regional estão os assentados, os indígenas, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco babaçu e os acampados. Esses últimos acabam sendo invisibilizados nos projetos governamentais e/ou privados (fato que igualmente ocorre com territórios tradicionais que não estão regularizados). Por seu turno, esses sujeitos subalternizados, organizados ou não em movimentos socioterritoriais, lutam pela permanência no/do território.

Para Fernandes (2005), esses movimentos socioterritoriais compreendem o território como um trunfo, sendo o elemento central de sua existência. Esses movimentos igualmente

³ Em 2017, o Brasil obteve um total de 171.858.168 cabeças de gado. Desse número, a região norte representou 20,69% (35.563.948) e o estado do Pará 8,90% (15.298.613). Dentro do Pará, o sudeste paraense apresentou 68,50% (10.480.346) da soma de cabeças de gado existentes. Com relação à soja, em 2018, ela atingiu, no país, a marca de 117.887.672 toneladas, sendo a região Norte responsável por 4,6% (5.467.676 toneladas), dos quais o Pará foi responsável por 1,38% (1.638.469). No interior do estado, o sudeste paraense representou 85,91% (1.407.685 toneladas) da produção. Por fim, com relação à produção mineral, especialmente de ferro, sobressai-se a empresa Vale S.A que, em 2010, possuía uma produção anual de 110.600.914 toneladas de ferro e passou a produzir, no ano de 2016, um total de 164.545.614 toneladas, porque no sudeste paraense se encontra uma das principais jazidas desse minério do mundo, na região conhecida como Carajás. (IBGE, 2018; ANM, 2017).

podem ser isolados, quando atuam em um espaço particular, ou territorializados, ao se mobilizarem em diversas escalas geográficas, a partir de redes de relações com vistas ao estabelecimento de estratégias políticas que lhes permitam a territorialização. Em relação ao MST, compreende-se enquanto um movimento socioterritorial territorializado, pois empreendem-se ações em diversas escalas e se tecem diversas alianças com outros movimentos e instituições, com o objetivo de conquistar o território.

Em termos conceituais, o território é apresentado, por Sack (2011, p.76 grifo no original), enquanto a “*tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*”, sendo, para o autor, essa a forma espacial do poder. Contudo, o poder não se limita ao âmbito político, ele é mais amplo, apresentando-se em sua dimensão econômica e cultural-simbólica, bem como não emana de um único ponto do espaço ou agente, razão pela qual, para Haesbaert (2004, p.95-96), o território está “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, que desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p. 95-96).

Destarte, os acampamentos organizados pelo MST se constituem enquanto territórios, pois neles se desenvolvem a disputa concreta pela terra, que, para o agronegócio e para a mineração, apresenta-se como instrumental, na medida em que é o meio para produção das *commodities*, precisando ser “liberada” para apropriação dos agentes econômicos atrelados ao capital financeiro; entretanto, para os acampados, a terra corresponde à condição de reprodução da vida em sua dimensão econômico-política (produção diversificada voltada para manutenção da unidade familiar e para o abastecimento local, construção de um coletivo engajado com a agroecologia, a educação do campo, ações cooperativas etc.) e cultural-simbólica (desenvolvimento de um contradiscurso ao neoliberalismo e ao modelo agropecuário e mineral).

Para este fim de luta e resistência, mas sobretudo de construção territorial, os acampados grafam sua história nas áreas antes destinadas exclusivamente ao latifúndio, ocupando a terra para denunciar a sua apropriação ilegal, visto que compreendiam terras públicas, pelos agentes hegemônicos⁴; produzindo nela para mostrar sua função social⁵; construindo escolas para produzir uma educação do campo que inclua os sujeitos e não os homogeneíze e/ou os mercantilize; erguendo casas que definem sua intenção de fazer da terra seu lar; reúnem-se em barracões para definir estratégias de ações cooperativas e manifestações em prol da reforma agrária; organizam espacialmente o acampamento em núcleos de base⁶ para construir relações comunitárias e orgânicas; e alguns morrem na/pela terra para que seus filhos ou parentes tenham direito a ela.

Nesse processo territorial, os acampados constroem famílias, estabelecem relações de sociabilidade, adquirem uma renda a partir da produção, educam-se e constroem uma identidade “sem-terra” relacionada ao movimento socioterritorial (MST) e ao acampamento; elementos que se desenvolvem durante um longo período, ainda que esse seja transpassado

⁴ No sudeste paraense, especialmente na área pesquisada, existem diversas propriedades que, durante as décadas de 1920-1960, o governo estadual concedeu o direito de uso para exploração da castanha-do-pará, que tinha grande aceitação no mercado internacional. Contudo, a partir da década de 1970, há um declínio dessa economia extrativa, concorrendo para que a elite agrária regional, que tinha o direito de uso dessas áreas de castanhal, convertessem-nas arbitrariamente em fazendas, explorando, inicialmente, a madeira e, posteriormente, as terras para realização da pecuária. Logo, por se tratar de terras públicas, os sem-terra as reivindicam para fins de reforma agrária.

⁵ A função social da propriedade rural é regida pelo art. 186 da Constituição da República de 1988, o qual estabelece os critérios para o uso da terra, quais sejam, o seu aproveitamento racional; o uso adequado dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente; a observância das leis trabalhistas; e uma exploração que não desabone o bem-estar dos trabalhadores e dos proprietários. No entanto, o debate em torno da função social da terra, especialmente para fins de reforma agrária, é bastante controverso. Para um maior aprofundamento da discussão sobre a função social da propriedade, ver Melo (2009).

⁶ Núcleos de base são espaços que congregam parentes e/ou amigos, dos quais são retirados dois representantes (um homem e uma mulher) para participarem de ações coletivas.

pela possibilidade da saída forçada pelas reintegrações de posse ou violências diversas praticadas pelos agentes econômicos.

Para a CPT (2010, p. 11), os acampamentos são territórios que correspondem a “espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos”.

Nesse sentido territorial, a construção do acampamento compreende uma ação posterior e complementar à ocupação de terra realizada pelo movimento socioterritorial, materializada como uma resistência a longo prazo - considerando que os acampamentos pesquisados possuem no mínimo seis anos de existência - contra a violência dos fazendeiros e os seus *guachebas* (denominação dada pelos acampados no sudeste paraense aos grupos armados contratados pelos autoproclamados proprietários da terra); do Estado via uso da força policial; e dos meios de comunicação que os intitulam de “invasores”, “criminosos” e “anarquistas” devido às interrupções do fluxo dos carros e transeuntes quando realizam marchas, passeatas ou manifestações para reivindicarem celeridade da justiça quanto à reforma agrária.

Segundo Sigaud (2005), a ocupação de terras para a construção de acampamentos se tornou, a partir da década de 1980, uma forma propícia para reivindicar a reforma agrária no país, visto que essa estratégia dos movimentos socioterritoriais possibilitou avanços importantes na conquista de Projetos de Assentamentos (PAs), ainda que isso não represente um processo de desconcentração fundiária.

Para Turatti (1999), esses acampamentos correspondem a um novo processo de construção de sociabilidade, intermediando a condição de sem-terra e a produção de um espaço coletivo que é engendrado pela solidariedade e pelo conflito, até o momento em que possam ser assentados. Para a autora, os acampamentos são visualizados como um território provisório e indefinido, com atividades produtivas escassas, circunscritas à manutenção dos acampados e dos serviços ocasionais de assalariamento para terceiros, cuja sociabilidade é mediada pela prevalência das garantias individuais e por uma forte dependência em relação ao MST em termos de sobrevivência material e da obtenção das terras.

Em suma, o acampamento é um momento intersticial de uma multiplicidade de processos. Para o MST, configura-se um espaço de concretização de uma ação rebelde, que se estabelece em uma terra com sujeitos que acreditam na luta devido à negação constante de seus direitos e condições dignas de vida, servindo como instrumento de pressão ao mesmo tempo que se transformam em um grupo social de ações coletivas, compartilhando valores e relações de solidariedade, resignificando-se como sem-terra, desenvolvendo a árdua tarefa de se colocar contra o poder estabelecido e criando expectativas da conquista da terra.

Nesses termos territoriais, o acampamento cria uma experiência espacial comunitária como uma estratégia política no seio do MST, elemento exposto por Scherer-Warren (1993, p.55):

A afirmação de novas relações societárias dá-se através da reapropriação política do sentido das relações comunitárias. Estes movimentos creem no poder da força comunitária para a constituição histórica do grupo. É neste sentido que o Movimento dos sem-terra criou uma nova forma de fazer política e de vida societária: os acampamentos coletivos. Enfatiza-se, neste caso, a importância das relações comunitárias como forma de luta e como modo de vida.

Contudo, esse espaço comunitário manifesto pelo acampamento não é isento de conflitos e de contradições, pois é produto de relações de poder, visto que, como afirma Turatti (1999), as sociabilidades são atravessadas por relações de troca, que, embora não sejam

mediadas pelo dinheiro, reproduzem as mesmas relações urbanas, nas quais os acampados se ajudam mediante a um pacto de obrigações mútuas.

Um outro aspecto a ser considerado são as hierarquias criadas, ainda que não sejam explícitas. Os acampamentos são organizados por núcleos de base, que são formados por grupos de famílias espacialmente próximas. De cada núcleo são retirados dois membros para coordenar, sempre um homem e uma mulher, responsáveis por intermediar as pautas levantadas pelo seu grupo. No entanto, é a coordenação geral do acampamento que atribui funções aos grupos, apesar das decisões serem tomadas em coletivo por todos os partícipes do acampamento. Igualmente, de cada núcleo são indicadas pessoas dos dois gêneros para compor setores (saúde, educação, segurança, produção e juventude), que ficam responsáveis por ações específicas, tais como vigia da entrada e saída do acampamento, construção e negociação de pautas relativas à saúde, educação dentro do acampamento etc. Dentre essas coordenações, existem aqueles grupos que, pelo acúmulo histórico dentro do movimento, acabam por realizar a intermediação do MST com os acampados, além de terem acesso a informações estratégicas e participar de reuniões com as instituições, gerando, em determinados momentos, conflitos internos.

As sociabilidades dos acampados são normalizadas por regras internas definidas pelo movimento, tais como: não pode haver o consumo de bebidas alcoólicas ou de drogas ilícitas, existem horários de entrada e saída dos acampados, não pode existir violência doméstica, roubos etc. Esses regramentos pactuados inicialmente são questionados com o passar dos anos, levando a sanções ou expulsão de acampados pelo seu descumprimento.

O controle normalizado é igualmente imposto para os “de fora”, que, para adentrarem às proximidades ou ao interior do acampamento, devem se identificar na entrada, onde, em muitos casos, existem guaritas (postos de segurança estrategicamente localizados), nas quais os acampados se revezam dia e noite, o que ocorre principalmente nos primeiros anos do acampamento em decorrência das diversas ações de expulsão por parte de fazendeiros ou empresas que visam à reapropriação da terra. Assim, a guarita significa, principalmente, proteção aos acampados.

O território do acampamento também apresenta uma dimensão simbólico-cultural, que se materializa nas bandeiras hasteadas nas escolas, no barracão de reunião e nas placas do acampamento; bem como nos hinos cantados nos momentos de reunião interna, manifestações etc. A própria linguagem dos acampados internaliza uma identidade forjada no seio do acampamento, advinda das premissas do MST, que se expressa no discurso de que *a terra é de trabalho*, ou quando se diz que *a área não foi invadida, e sim ocupada* (valorizando a dimensão social da terra), para se opor ao que é veiculado pela grande mídia regional e nacional; por isso, fala-se: *vamos entrar na terra*. Substituem-se os nomes dos sujeitos individuais por um coletivo, ou seja, *companheiros*. Há outras expressões verbais que os identificam com o movimento, a exemplo das palavras de ordem (*ocupar, resistir e produzir*), e os nomes dos acampamentos que fazem referência a líderes revolucionários regionais e nacionais ou a intelectuais comprometidos com a luta pela terra.

Esses elementos simbólicos se expressam na mística, a qual se constrói principalmente pela linguagem. De acordo com Turatti (1999), ela pode ser considerada uma matriz discursiva que objetiva conscientizar a base do MST de seu papel histórico no processo de transformação societal. É acionada considerando o que o movimento almeja transmitir, o público-alvo e o contexto. Logo, ela se reveste de diversas formas simbólicas, mas com a mesma função de convencer, estabelecer confiança, legitimar e conseguir adesão dos acampados e assentados. Para Stédile e Fernandes (1999), a mística é um fator de unidade, com o intuito de vivenciar os ideais.

Para Sigaud (2000; 2005), esses espaços de resistência compreendem a *formas acampamento*, isso porque apresentam elementos comuns, salvaguardando as

especificidades regionais e as dos próprios movimentos socioterritoriais envolvidos. Assim, para Sigaud (2005, p.260), os acampamentos são mais do que um local de reunião de indivíduos para reivindicar a desapropriação da área, visto que manifestam:

[...] técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* [...].

Em uma perspectiva mais geográfica, Fernandes (2001) compreende que o acampamento é a congregação de três dimensões do espaço de socialização política, a saber: corresponde ao *espaço de luta e resistência*, uma vez que produz o enfrentamento direto por parte dos trabalhadores em relação ao Estado e aos latifundiários; igualmente é um *espaço comunicativo*, pois é o lugar do conhecimento e aprendizado, sendo o primeiro momento da construção da cidadania, principiando uma nova experiência e outra práxis para o acampado; e, por fim, também é um *espaço interativo* por possibilitar a reflexão por parte do acampado enquanto sujeito coletivo sobre a dinâmica da sua história, na qual se encontram as experiências refletidas sobre a sua práxis, mediante ao diálogo e à elaboração de propostas.

Para a concretização dessas três dimensões do espaço de socialização política aludidas acima (luta pela terra, formação política e interação coletiva) os acampamentos mediados pelo MST desenvolvem um conjunto de interações espaciais entre si e com os Projetos de Assentamentos (PAs) organizados pelo movimento, constituindo uma *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra*, na qual os assentamentos e/ou acampamentos mais antigos auxiliam no processo de ocupação da terra e na constituição do acampamento que se forma a partir daí, mediante: à organização das famílias, à doação de mantimentos, à participação em manifestações conjuntas e à criação de obstáculo em relação às ações de violência por parte dos latifundiários.

Os acampamentos, ao desenvolverem e se articularem em rede geográfica, participam igualmente da política de escalas, pois materializam a intencionalidade dos movimentos socioterritoriais de *saltarem escalas*, que significa para Smith (2000), a rebeldia dos sujeitos subalternos em relação aos limites impostos pelo capital que os relegam às periferias urbanas ou áreas longínquas que ainda não foram territorializadas pelo capital. Logo, passam a ocupar territórios que historicamente lhes foram negados.

Assim, o movimento de luta pela terra constrói uma política de escala, realizada face as alianças territoriais tecidas pelo MST, ampliando sua arena de disputa. Por esse motivo, regionalmente, vêm se constituindo ações conjuntas com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), organizados na Fetagri (Federação de Trabalhadores da Agricultura), Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, em nível internacional, articula-se à Via Campesina. Nesse sentido, demandas locais (como dos acampamentos pesquisados) são levantadas e tensionadas em outros espaços e em conjunto com diversos movimentos, instituições ou organizações, com o objetivo de conquistar o território, seja cobrando políticas públicas, seja lutando pela criação de PAs.

É importante frisar que a política de escala remete à compreensão de sua natureza como um produto social, que se materializa em uma feição zonal, pois apresenta limites (constituindo arenas políticas), provenientes de particularidades/diferenças histórico-geográficas, que estão em contínua transformação e redefinição; todavia, igualmente, possui uma face reticular, devido às escalas estarem articuladas verticalmente a partir de relações de poder que se manifestam a partir de múltiplos pontos do território, não apenas de cima para baixo, ou do global para o local, visto que hoje é perceptível a *flexão escalar* (Smith, 2004), proveniente da reorganização da escala, cuja estrutura territorial herdada é chamada

para cumprir outras funções ou é refeita para se adequar às novas necessidades sociais, resultando em relações não mais entre Estados-nação apenas, mas entre empresas e Estados, ou entre cidades e empresas e/ou Estados.

Essa política de escala, por seu turno, não é produto do capital unicamente, uma vez que, ao manifestar o conflito entre capital e trabalho, torna-se possível observar a luta territorial em diversas escalas e pela escala, a exemplo do MST, que em sua prática cotidiana, desenvolve alianças em diversos lugares com outros sujeitos e se articula em diversos níveis espaciais.

Assim, a *rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra* e as políticas de escala permitem ao MST disputar os aparelhos privados de hegemonia, que correspondem às “organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.” (Gramsci, 2005, p. 84)⁷, que visam veicular valores da classe dominante com vistas a produzir consensos passivos, ou seja, a-históricos, acríticos e que naturalizam processos, como a apropriação irregular das terras da união, desmatamentos e violência no campo em nome do desenvolvimento. Um desses aparelhos privados de hegemonia em disputa pelo MST são as instituições de ensino.

Nesse sentido, a rede geográfica auxilia na estruturação de escolas do campo nos acampamentos, visto que possibilita ajuda entre acampados e assentados para a construção das escolas, para doação de mantimentos aos alunos e para pressionar as autoridades públicas a oficializarem esses colégios e a contratarem professores formados a partir dos princípios do MST, logo, geralmente são do próprio acampamento, com formação de magistério ou pelas instituições de ensino regionais que possuem o curso de educação do campo, fruto das lutas históricas dos movimentos.

A política de escalas, por seu turno, possibilitou ao MST, em conjunto com diversos outros movimentos, atuar em diversas escalas para conquistar políticas públicas que viabilizaram a educação do campo - a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), conforme indica o estudo de Meek (2014) – e apresentam um impacto local, pois permitem a formação de docentes para atuarem nos acampamentos e assentamentos do sudeste paraense.

Com base nas premissas indicadas acima, compreendemos que os acampamentos correspondem a territórios em disputa; logo, são construídos por e a partir de relações de poder em suas múltiplas dimensões. Internamente, são realidades existentes e resistentes há bastante tempo, cujos sujeitos são atravessados por normas e sociabilidades que ora os aglutinam, ora os afastam, pois implicam hierarquias, ainda que veladas no interior do acampamento, e imposições/negociações de um código de conduta que, com o tempo, pode ser questionado. Externamente precisam estabelecer um controle sobre o acesso e o uso do espaço com vistas à proteção dos acampados e da terra pleiteada para fins de reforma agrária. Para que a proteção do território não seja isolada, constroem-se redes de solidariedades com outros acampamentos e/ou assentamentos do movimento socioterritorial que o organiza, bem como participa da política de escala com o intuito de angariar melhorias, como: escolas, postos de saúde, estradas, cestas básicas etc. Por esses motivos que iremos denominá-los de *territórios-acampamento*, pois, como já foi discutido anteriormente, materializam a disputa espacial pelo domínio da terra e por outro modelo de desenvolvimento territorial.

⁷ De acordo com Schlesener (2007), o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil é assim denominado por apresentar relativa autonomia em relação à sociedade política (corresponde aos aparelhos coercitivos do Estado utilizados para moldar a massa popular a partir de uma dada forma de produção e de economia de um determinado contexto histórico) e só emerge com as revoluções democrático-burguesas, constituindo-se em instituições nascidas da correlação de forças sociais que resultaram nesses novos Estados, do aumento da participação política dos cidadãos, dos conflitos atrelados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista materializados em sindicatos, partidos, dentre outros, do sistema escolar em seus vários níveis e das Igrejas, além de organizações tradicionais que se reorganizaram em função do novo momento histórico.

Com efeito, nesses *territórios-acampamentos*, busca-se disputar a hegemonia em sua dimensão material, qual seja, a terra. Mas, também, se disputam os aparelhos privados de hegemonia; pois, por meio deles, produzem-se outros valores e conhecimentos de dimensões mais críticas e analíticas; daí, a importância da construção de escolas do campo com um corpo de formadores advindos dos movimentos socioterritoriais; associações e/ou cooperativas com enfoque na produção que valoriza a agricultura camponesa; igrejas que debatem a necessidade da reforma agrária; e meios de comunicação alternativos que qualificam o debate da estrutura fundiária e das ocupações de terras. Na fala de umas das lideranças do MST, é patente essa disputa mais ampla no âmbito territorial:

Primeiro, a gente não só estabelece um conflito com o latifúndio; a gente estabelece conflito com o Estado. Isso já acrescenta e muito. É por isso que as agrovilas, a importância da escola, da organização dos outros fatores da vida social, vão ganhar uma relevância; vão ser muito relevantes na trajetória do MST Pará, no que alguns estudiosos chamam de repertório, um repertório social do MST. Acabou fazendo a luta pela terra no sul e sudeste do Pará ganhar outra projeção (Entrevistado C, militante do MST, 37 anos, 18 ago. 2014)

Em suma, os *territórios-acampamentos* são produtos sociais advindos da luta cotidiana dos movimentos socioterritoriais que se utilizam da política de escala e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra para permanecerem territorializados, sendo que a sua construção possibilita a disputa por hegemonia dos movimentos em termos materiais (terra) e imateriais (reapropriação dos aparelhos privados de hegemonia para a proposição de um outro projeto de desenvolvimento territorial).

Adentrando nos espaços de resistência e de construção de uma contra-hegemonia a partir dos acampamentos no sudeste paraense

Em termos quantitativos e espaciais, observamos que, no Pará, de um total de 110 territórios-acampamentos desencadeados entre os anos de 2002 e 2019, envolvendo 20.055 famílias, 89 localizaram-se no sudeste paraense (80,90%), compreendendo 15.282 famílias nessa situação. Ao visualizarmos esses acampamentos por microrregião, eles se dispõem na seguinte ordem: Marabá com 21 acampamentos; Parauapebas e Tucuruí com 19 acampamentos cada; Paragominas com 12 acampamentos; Conceição do Araguaia com 9 acampamentos; São Felix do Xingu com 5 acampamentos; e Redenção com 4 acampamentos (ver Tabela 1).

Tabela 1. Sudeste paraense e suas microrregiões: número de acampamentos no estado do Pará, 2002 a 2019.

UF/mesorregião/microrregião	Acampamentos		Famílias	
	Abs.	%	Abs.	%
Pará	110*	100	20.055	100
Mesorregião do sudeste paraense	89**	80,88	15.282	76,15
Microrregião de Tucuruí	19	17,27	4.428	22,07
Microrregião de Parauapebas	19	17,27	3.168	15,79
Microrregião de Marabá	21	19,09	2.909	14,50
Microrregião de Conceição do Araguaia	9	8,18	1.645	8,20
Microrregião de São Félix do Xingu	5	4,54	1.181	5,88
Microrregião de Paragominas	12	10,90	1.101	5,48
Microrregião de Redenção	4	3,63	850	4,23

Fonte: CPT,2002-2019. Centro de Documentação Dom Tomaz Balduino. Organização: MIRANDA, Rogério Rego; LIMA, Michel de Melo.

* A soma dos acampamentos no Pará se refere ao total existente na mesorregião do sudeste paraense e das demais mesorregiões do estado, que não estão presentes na tabela.

** A soma dos acampamentos na mesorregião do sudeste paraense se refere ao total das microrregiões que o compõem.

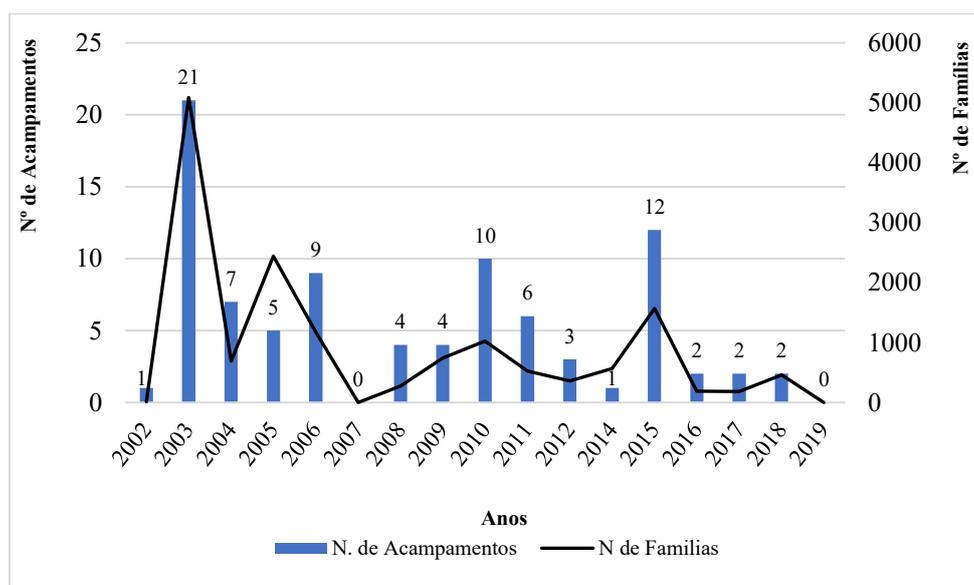
O Figura 1 representa os acampamentos resultantes da luta pela terra no sudeste paraense entre os anos de 2002 e 2019, período em que observamos um aumento no número de acampamentos, especialmente em 2003, início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011). Houve, porém, uma redução nos anos subsequentes, com destaque ao lastro temporal de 2004 a 2009, e uma posterior retomada desses acampamentos a partir de 2010, final do mandato de “Lula” e início da presidência de Dilma Vana Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). Há, novamente, uma diminuição a partir de 2012 e um crescimento em 2015, porém com uma queda brusca nos anos posteriores face ao processo de aumento da violência no campo e de reintegração de posse, especialmente a partir do golpe de Estado desferido no ano de 2016, que levou Michel Temer (2016-2019) à presidência da República.

Tabela 2. Sudeste paraense e suas microrregiões: número de acampamentos no estado do Pará, 2002 a 2019.

Movimento Socioterritorial	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Não Informado	-	1	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1
MST	-	2	-	-	1	-	-	2	2	2	1	-	1	2	-	-	1	-
Contag (FetagrI-PA/STR)	1	14	4	3	5	-	2	-	1	1	2	-	-	7	1	1	-	-
CPT	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fetraf	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Outros Movimentos Isolados	-	2	3	2	3	-	2	-	4	1	-	-	-	3	1	-	-	-
Total	1	21	7	5	9	0	4	4	10	6	3	0	1	12	2	2	2	1

Fonte: CPT,2002-2019. Centro de Documentação Dom Tomaz Balduino. Organização: MIRANDA, Rogério Rego; LIMA, Michel de Melo.

Figura 1. Acampamentos no sudeste paraense – 2002 a 2019.



Fonte: CPT,2002-2019. Centro de Documentação Dom Tomaz Balduino. Organização: MIRANDA, Rogério Rego; LIMA, Michel de Melo.

Ainda de acordo com os dados da CPT (2020), os municípios do sudeste paraense com maior incidência dessa forma de resistência são: Marabá, com 17 acampamentos; Canaã dos Carajás e Itupiranga, com 7 acampamentos; Eldorado dos Carajás, com 6 acampamentos; Tucuruí, com 5 acampamentos; Abel Figueiredo, Irituia e Santana do Araguaia, com 4 acampamentos e os demais municípios, oscilando entre 3 e 1 acampamentos.

A Tabela 2, por sua vez, refere-se aos movimentos socioterritoriais envolvidos na organização dos acampamentos. Observamos que a Fetagri-PA foi responsável por 42 acampamentos entre os anos de 2002 e 2019; ao passo que outros movimentos organizaram 21 acampamentos no mesmo período; o MST desenvolveu 14 acampamentos, de 2003 até 2018; a CPT, três acampamentos em 2003 e 2010 e, por fim, a Fetraf, três acampamentos entre os anos de 2010 e 2017.

Dentre esses territórios-acampamentos, selecionamos para a pesquisa todos os que estavam sendo organizados pelo MST, no sudeste paraense (ver quadro 1).

Quadro 1. Sudeste paraense: acampamentos organizados pelo MST, 2015-2023.

Acampamento	Nº de Famílias	Área (ha)	Ano de ocupação	Fazenda	Proprietário	Motivação da ocupação	Situação	Município
Helenira Resende	340-380	14.000	2009	Cedro Fortaleza Rio Pardo	Grupo Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A ¹	Área de terras públicas	Passou por reintegração de posse em 2017, mas já houve a reocupação da área em 2018	Marabá
Hugo Chávez	565	3.600	2014	Santa Tereza	Rafael Saldanha de Camargo ²	Área de terras públicas	Passou por reintegração de posse em 2017 e hoje ocupa uma área próxima ao do Helenira Resende	Marabá
Dalcídio Jurandir	390	--	2008	Maria Bonita	Grupo Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S/A	Área de terras públicas	Está em processo de reintegração de posse	Eldorado de Carajás
Frei Henri de Roisiers	150	400	2010	Fazendinha	Dão Baiano ³	Área de terras públicas	Foi determinado a reintegração de posse ao Incra para fins de reforma agrária	Curionópolis
João Canuto	142	35.900	2006	Rio Vermelho	Irmãos Quagliato ⁴	Denúncia de trabalho análogo ao escravo	Foi negociado, por meio de permuta, a área Retiro Guerobal de 3.630 ha (5 alqueires cada lote)	Sapucaia
Roseli Nunes	53	1.200	2011	Caumé	Leonardo Mendonça ⁵	Área de narcotráfico	A área foi negociada (1 alqueire e 4 linhas cada lote)	Tucumã

Fonte: Pesquisa de Campo; 2015-2023.

Notas: ¹ Grupo composto por diversos sujeitos, dentre os quais o sócio majoritário é o banqueiro Daniel Dantas; ² Rafael Saldanha de Camargo é um empresário regional que atua em diversos ramos, especialmente no imobiliário. Também foi réu, juntamente com Geraldo Teotônio Jota, pelo assassinato das lideranças do MST Onalicio Araújo Barros (Fusquinha) e Valentim Silva Serra (Doutor), ocorrido no dia 26 de março de 1998; ³ Dão Baiano; fazendeiro local; ⁴ Proprietários da empresa Quamasa – Quagliato da Amazônia Agropecuária S/A; ⁵ O proprietário foi acusado e preso por narcotráfico juntamente com seu comparsa, Luís Fernando da Costa (Fernandinho Beira Mar).

Muitos desses acampamentos, identificados no quadro acima, estão passando por processos de reintegração de posse, a exemplo do Helenira Resende, que, em 2017, teve parte do seu território reintegrado, visto que a área ocupada compreende ao Complexo Cedro,

formado pelas fazendas Cedro, Rio Pardo e Fortaleza; entretanto, pelo fato da CPT ter indicado irregularidades nas duas últimas propriedades, essas permaneceram ocupadas pelo MST, apesar de já haver uma liminar de despejo para a fazenda Fortaleza, a qual não foi cumprida em face da pandemia de covid-19. Também, em 2017, o acampamento Hugo Chávez foi desterritorializado por meio da ação de pistoleiros, passando a contar com a solidariedade do acampamento Helenira Resende, que abrigou seus acampados em uma pequena parcela de terra na fazenda Rio Pardo⁸.

O Dacídio Jurandir se encontra na mesma situação; ou seja, existe uma liminar de despejo, mas foi protelada em virtude de uma articulação entre Universidade, CPT e MST, no sentido de elaborar um diagnóstico das condições produtivas, sociais e de infraestrutura dessa realidade, em que se constatou a situação de enorme vulnerabilidade social que as famílias acampadas ficariam diante da expulsão da terra, isso porque colocaria em xeque direitos das crianças e dos adolescentes (ao todo foram identificados 175) que ficariam desabrigadas junto com seus pais e impedidas de frequentar a escola; os acampados perderiam produtos agrícolas e criações de fundamental importância para a sua sobrevivência devido à inexistência de outras atividades remuneradas; além da destruição das infraestruturas sociais (escola, igrejas, casas, farinhas, pequenos armazéns etc.) (Moreira et al., 2017). Face a esse relatório e às mobilizações dos movimentos socioterritoriais, pactuou-se que os órgãos públicos competentes deveriam garantir os direitos sociais aos acampados antes do despejo.

O acampamento Roseli Nunes, criado em 2006, teve sua área negociada no ano de 2016 para transformação em assentamento, sob a condição de pagamento por parte do Incra pelo imóvel. Por seu turno, o acampamento João Canuto, depois de nove anos, transformou-se, em 2015, no assentamento João Canuto II, localizado em Xinguara, após negociação entre o Movimento, o Incra e o fazendeiro, que concedeu uma propriedade diferente da qual os acampados estavam reivindicando. Por fim, o acampamento Frei Henri de Roisiers, após longo período de resistência, transformou-se em assentamento em função do Incra retomar a área do fazendeiro no ano de 2018, devido à comprovação de irregularidades.

É importante destacar que, a partir de 2017, existe uma drástica redução ou readequação das políticas públicas voltadas para reforma agrária e uma forte campanha de desterritorialização dos sem-terra, fato que se manifesta nas diversas ações de reintegração de posse, o que impõe aos acampados diversos impactos provenientes da expulsão da área, como a perda de seus lares e meios de sobrevivência, e estratégias de reterritorialização, dentre as quais se destaca a rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra que permite a reorganização dos acampados, a exemplo do que ocorreu entre os acampamentos Hugo Chaves e Helenira Resende.

No contexto da pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2015, e 2021 a 2023, nas realidades supracitadas, observa-se que esses territórios-acampamentos configuram uma forma de territorialização precária face às condições adversas que os acampados estão sujeitos, com pouca disponibilidade de saneamento básico e habitações improvisadas de lona, barro, madeira e palha oriunda de bananeira, nas quais residem várias pessoas.

Essas áreas se aproximam do que Haesbaert (2014, p.190) denomina de *aglomerados humanos* ou *territorialização precária*, que se referem a situações limites de intensa precarização territorial, na qual grupos/classes sociais “perdem grande parte do controle

⁸ Além dos acampamentos indicados acima para reintegração, foram definidas, no ano de 2017, as fazendas La Paloma (Rondon do Pará), Fazenda Mococa (Bom Jesus do Tocantins), Geralda de Assis Kuhlmann (Bom Jesus do Tocantins), Boa Vista (Bom Jesus do Tocantins), Alto Bonito (São João do Araguaia), Centro de Formação e Artes Conduru (Marabá), Boa Vista (Ulianópolis), Astúrias (Rondon do Pará), Mutamba (Marabá), remanescente vila 1º de março (São João do Araguaia), Água Boa (Parauapebas). No ano de 2018, foram deferidas liminares em ações possessórias das fazendas Bom Jesus (Rondon do Pará), Liberdade e Libaneza (Bom Jesus do Tocantins), Landy (São João do Araguaia), Santa Clara (Marabá) e Três Lagoas (Rondon do Pará).

sobre esses territórios e se veem envolvidos em contextos de profunda insegurança, como caso de conflitos e disputas acirradas com e pelo espaço”.

Na fala de um dos sujeitos entrevistados, os acampamentos representam “uma luta da gente, é difícil! A gente enfrenta muita dificuldade, só esses barracos com essas crianças é um sufoco. A gente sofre um bocado, demora para ter um pedaço de terra”⁹.

Contudo, esses acampamentos configuram também *territórios de esperança* (Moreira; Targino, 2007), produtos sociais, historicamente construídos a partir de relações de poder, que são mutáveis espaço-temporalmente. Por esse motivo, são conquistados e construídos no processo de luta camponesa para permanecer na terra ocupada e dela retirar seu sustento, estabelecendo uma ruptura com a organização econômica, social e política hegemônica pré-existente (latifúndio). Instaurando, desse modo, uma nova racionalidade territorial, pautada na solidariedade, ainda que ela seja atravessada por contradições, e na proposição de uma outra experiência de organização social, distinta do *território de exploração* que prima pela concentração fundiária, a monocultura, a subordinação do trabalho e a dependência político-cultural dos trabalhadores. Esse *território de esperança* está em movimento e resulta de um processo contínuo de re-criação e re-delimitação, se definindo como inacabado e passível de avanços e retrocessos.

Em outras palavras, embora a precariedade seja um elemento importante para compreender os territórios-acampamentos, indicando suas fragilidades, o movimento contraditório de (re)construção e (re)elaboração dessa modalidade de *território de esperança* (Moreira; Targino, 2007) revela que, em seu processo de territorialização (ocupação da terra) – desterritorialização (reintegração de posse) – reterritorialização (reocupação da área pleiteada ou de suas proximidades para reorganização futura do acampamento), há um enraizamento e um sentimento de pertencimento fruto dos diversos anos nos acampamentos e na construção de relações interpessoais mais fortes pelas famílias que ali vão se formando, concorrendo para que no acampamento a “[...] convivência [seja] melhor com os companheiros, [pois] aprende a trabalhar em coletivo”¹⁰.

Além do fato dessas precariedades nos acampamentos serem relativizadas frente às condições que os acampados vivenciavam nos espaços urbanos, pois “[...] na cidade não têm condições financeiras, aqui [no acampamento] não se vê as pessoas chorando de fome”¹¹, uma vez que na “rua [cidade] se morre de fome e tudo aqui a gente possui”¹². Estes são elementos perceptíveis a partir do perfil socioeconômico dos acampados a ser apresentado a seguir.

Perfil socioeconômico dos acampados

A trajetória geográfica dos acampados, no sudeste paraense, geralmente, é a dos migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, assim como correspondem à segunda ou à terceira geração de migrantes, cujos pais vieram outrora trabalhar nos grandes projetos. Hoje, esses descendentes desenvolvem uma migração intrarregional, em busca de emprego e melhorias de vida.

Conforme podemos observar no Figura 2, 140 acampados vieram do Maranhão, 80 são da própria região sudeste do Pará e 34 são do Tocantins, enquanto 8 advêm de outras mesorregiões paraenses (oeste, sudoeste e nordeste), 41 são de estados do nordeste brasileiro (Piauí, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), 13 advêm de Goiás e, por fim, 11 vieram do sudeste do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo).

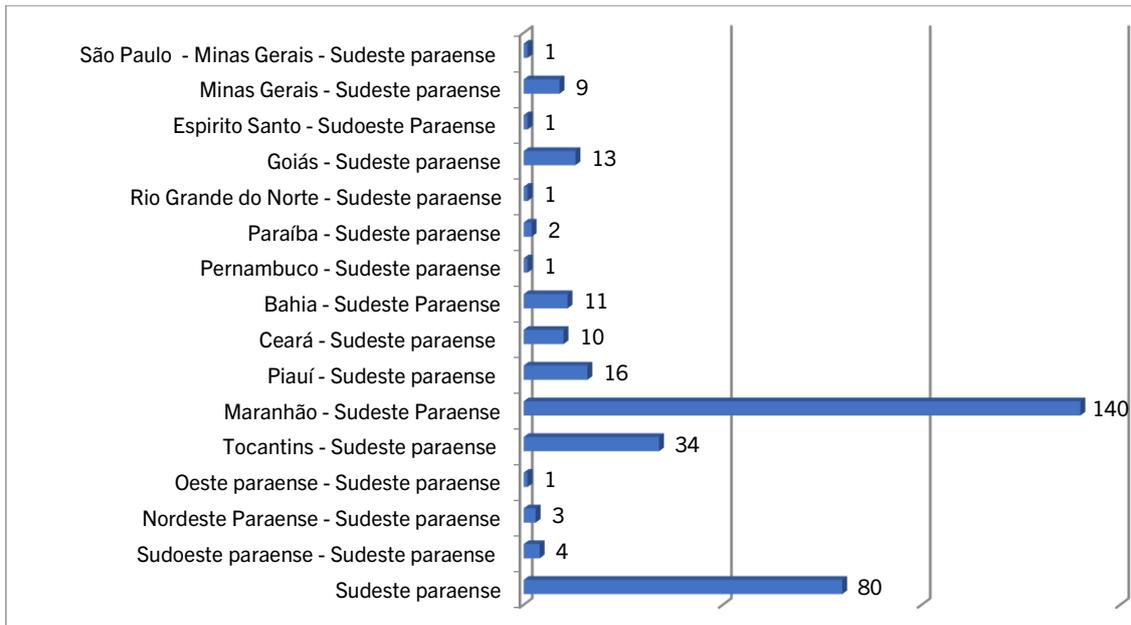
⁹ Entrevistado D, acampado do Helenira Resende, Marabá-PA, 2015.

¹⁰ Entrevistado E, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015.

¹¹ Entrevistado F, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015.

¹² Entrevistado G, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015.

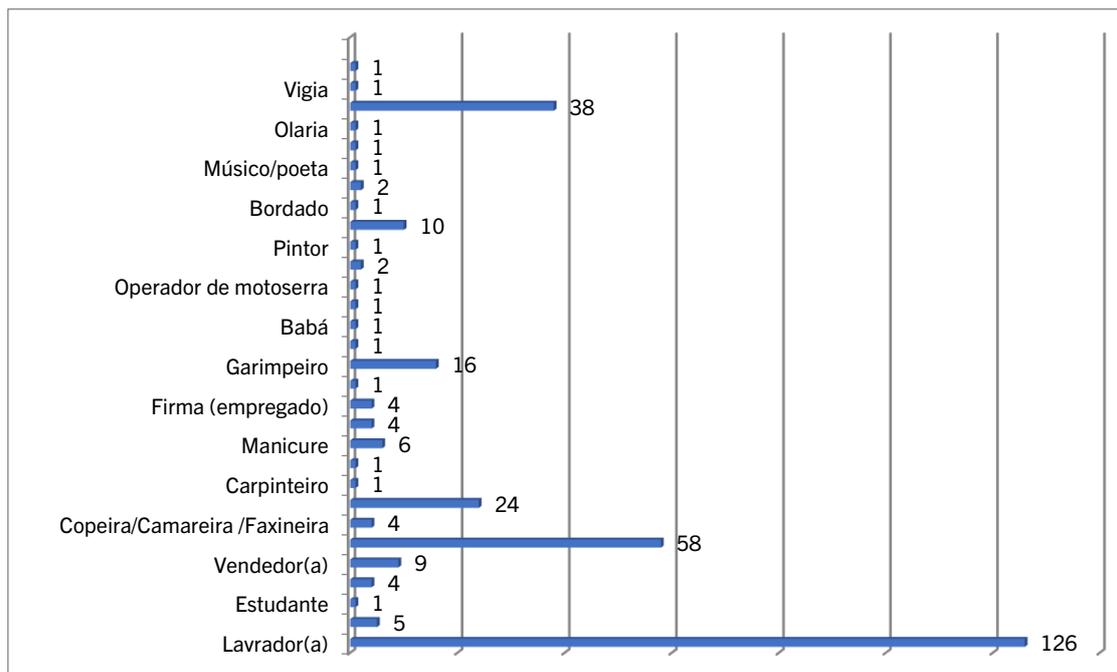
Figura 2. Origem dos acampados nos acampamentos organizados pelo MST no sudeste paraense, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Embora muitos morassem em periferias urbanas, desenvolviam atividades agrícolas para terceiros em troca de salário, de uma parte da produção ou de uma diária (um valor monetário pago pelo dia trabalhado, que variava de R\$ 40,00 a R\$50,00 reais), elemento ainda constante no cotidiano de sobrevivência de muitos expulsos da terra. Assim, constatamos, por meio do Figura 3, que 126 acampados indicaram ter profissão anterior de lavrador e 10 declararam ser vaqueiros, compreendendo 41,59 % do total de pessoas que lutam pela terra. Os demais, que perfazem 58,40% (191 acampados), realizavam atividades assalariadas ou não, como: pedreiro, serviços gerais, doméstica (trabalhando em casa de famílias) e garimpeiro, atividade ainda bastante presente na região (vide Figura 3).

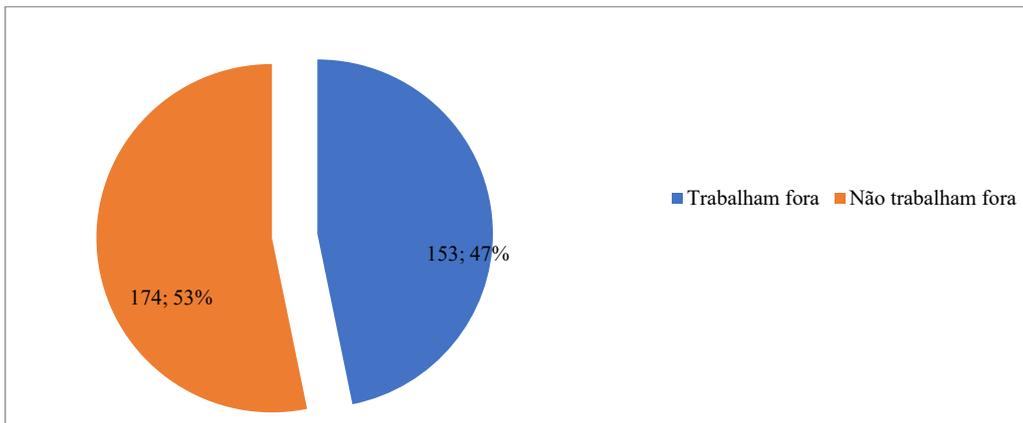
Figura 3. Profissões exercidas anteriormente pelos acampados, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Para garantir a sobrevivência, muitos ainda desenvolvem essas ações laborais com o intuito de obterem alimentos, vestimentas e outros elementos necessários à reprodução material que não conseguem dentro do acampamento. Por essa razão, recebem permissão para trabalharem fora, por um período de tempo previamente definido entre a cordenação do MST e o acampado. Essas atividades são geralmente temporárias e realizadas em: fazendas, vilas e cidades próximas ao acampamento. O Figura 4 indica que dos 327 acampados que responderam ao questionário, 153 (47%) apontaram exercer trabalhos remunerados fora, dentre os quais, em sua maioria são homens que realivam atividades relativas à agricultura (capinação de pastos, construção de cercas, uso de veneno no campim, colheita em períodos de safra etc.) e à pecuária (vaqueiro).

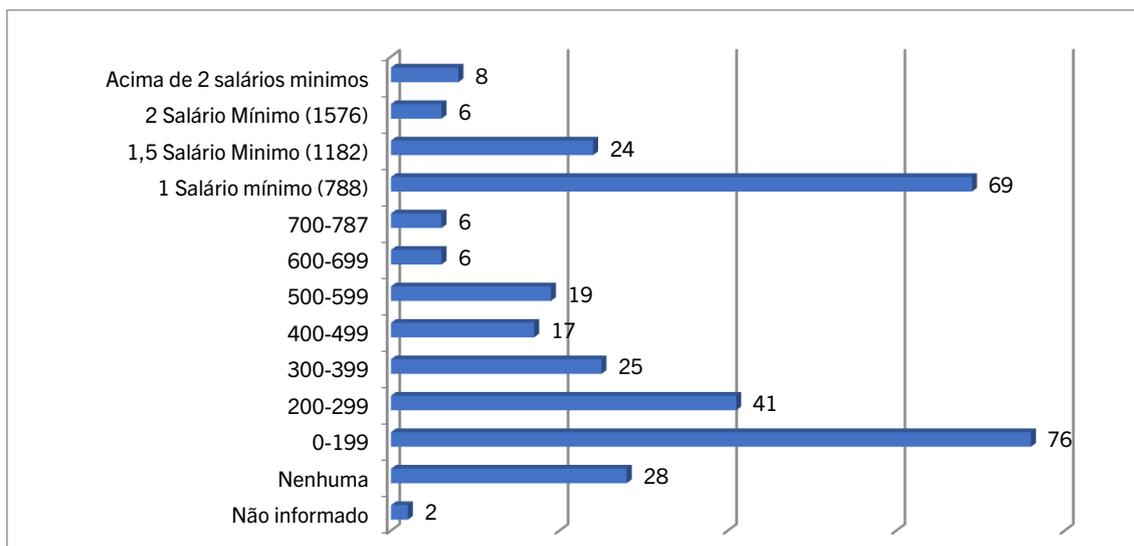
Figura 4. Acampados que trabalham fora do acampamento – 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A renda desses sujeitos é geralmente muito baixa, variando principalmente entre R\$0,00 e R\$599,00 reais mensais. Assim, dispusemos, no Figura 5 (figura 5), que, dentre os acampados, 28 declararam não receber nenhum valor, sobrevivendo de ajuda de pessoas do próprio acampamento ou de familiares residentes em outros lugares. A maioria das pessoas indicou receber menos de um salário-mínimo por mês, e boa parte declarou obter renda oscilando entre um e dois salários-mínimos. Somente oito pessoas apontaram ganhar mais de dois salários-mínimos por mês. Dois entrevistados informaram não ter ideia de quanto conseguiam por mês, em virtude da grande precariedade em que vivem.

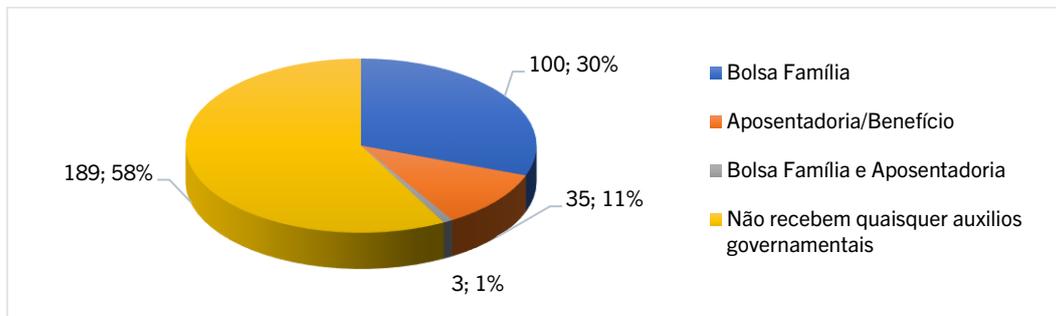
Figura 5. Renda dos acampados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outra fonte de recursos monetários, além do trabalho exercido fora do acampamento, são os programas sociais ou aposentadorias dos mais velhos que vivem nos acampamentos. Com efeito, das pessoas questionadas, quase a metade revelou sobreviver de auxílios como bolsa família e aposentadoria, sendo que 35 pessoas recebiam ajuda de algum membro mais velho que tinha aposentadoria (ver Figura 6).

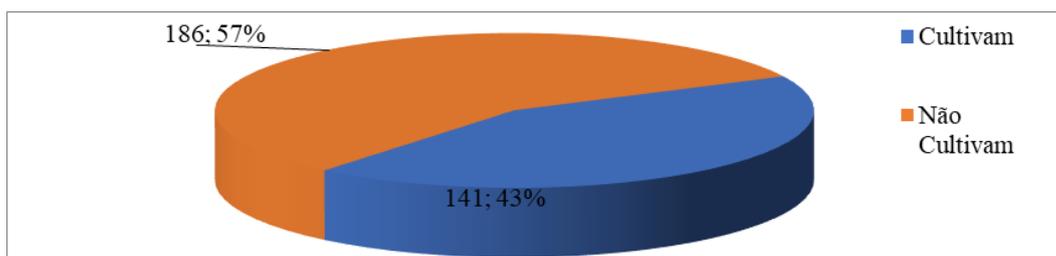
Figura 6. Renda proveniente de programa social ou aposentadoria/benefício



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

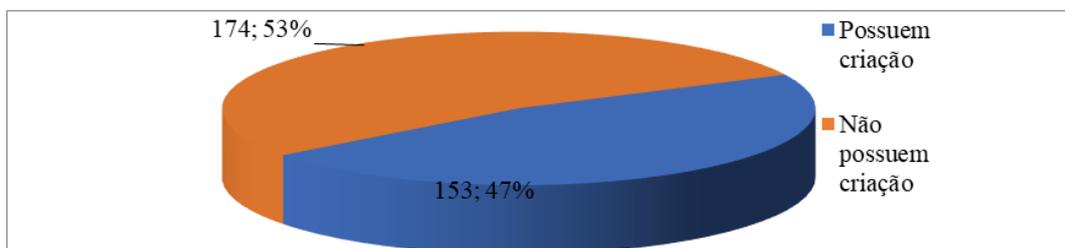
Para finalizar essa discussão acerca do perfil socioeconômico dos sujeitos que residem nos acampamentos, observamos que, embora as áreas em que eles desenvolvem suas relações cotidianas seja diminuta, ao construírem sistemas de produção e criação para garantir sua reprodução por meio do consumo daquilo que produzem ou pela venda desses víveres nas feiras próximas. Assim, podemos observar que cerca de 43% do total de entrevistados cultivava em locais bastante reduzidos, mas com uma diversidade produtiva relativamente grande, da qual destacamos: as hortaliças (salsinha, coentro, cebolinha, alface, cebola, tomate, couve-flor), mandioca e/ou macaxeira, milho, verduras (abóbora, maxixe, quiabo), feijão, fava e frutos (coco, manga, acerola, mamão, laranja, maracujá, banana, cupuaçu, melancia). Também salientamos que mais de 45% dos 327 informantes relataram ter algum tipo de criação, geralmente de galinhas, e, em menor proporção, de porcos (ver Figura 7, 8 e figuras 9 1A e 9 1B).

Figura 7. Acampados que desenvolvem cultivos



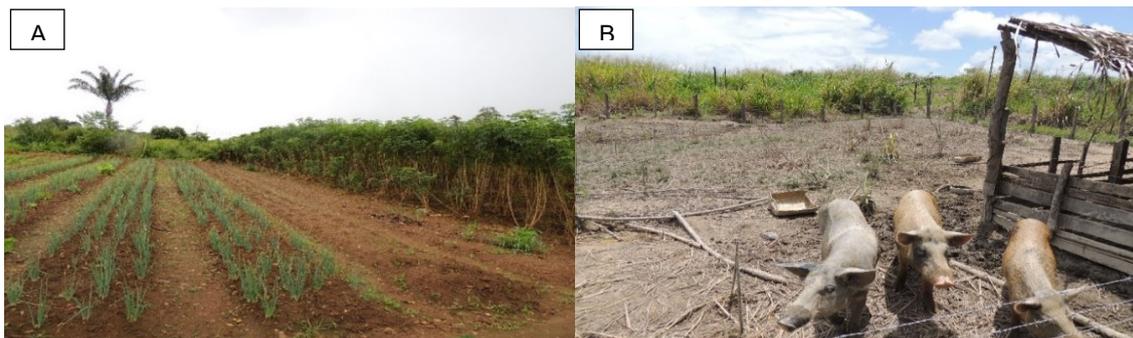
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Figura 8. Acampados que desenvolvem criações



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Figura 9. Produção agrícola e criações nos acampamentos, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A – Produção de hortaliças e macaxeira no acampamento Frei Henri de Roisiers, Curionópolis-PA, 2015.

B – Criação de porco no acampamento Helenira Resende, Marabá-PA, 2015.

É importante ressaltar que, no período recente, os acampados, ao menos aqueles que não foram despejados (acampamento Helenira Resende) ou aqueles que conquistaram o assentamento (antigos acampamentos Frei Henri de Roisiers, João Canuto e Roseli Nunes), estabeleceram uma outra estratégia para se manterem territorializados, qual seja a de ocupar toda a extensão da propriedade, dividindo a terra em lotes individuais, mas agrupados considerando os núcleos de base, com vistas a manter a lógica de vizinhança e solidariedade construída anteriormente. Isso garante um aumento na produtividade dos viveres e na criação de animais, os quais são destinados para a sobrevivência do núcleo familiar, ao abastecimento das escolas e à obtenção de uma renda.

Como síntese, os elementos constituintes do território-acampamento do sudeste paraense, por meio daquelas áreas organizadas pelo MST, foram organizados no quadro 2:

Quadro 2. Sudeste paraense: territórios-acampamentos organizados pelo MST, 2015.

Aspectos qualitativos do acampamento	Elementos definidores do acampamento	Fala dos acampados
O que significa ser acampado?	Possibilidade de acesso à terra e de reprodução social da família por meio do trabalho na terra	“Aqui... eu estou em busca de um futuro melhor para meus filhos... ter uma vida mais digna. É o trabalho que eu sei fazer.” (Entrevistado H, Helenira Resende, Marabá-PA, 2015). “É eu esperar receber essa terra e trabalhar. Eu nasci na roça e a gente da roça só fica feliz se trabalhar na roça.” (Entrevistado I, Helenira Resende, Marabá-PA, 2015).
	Territorialização precária e indefinida: condição transitória	“É muito difícil! É tão difícil que tem dia que não tem um grão de arroz para a família comer, a gente fica aqui mesmo na esperança da terra.” (Entrevistada J, Helenira Resende, Marabá-PA, 2015).
	Espaço de luta e socialização	“É uma tentativa de realizar um sonho que a gente não conseguiu realizar lá atrás, ter uma terra. Acampamento é uma forma de conhecer com quem a gente vai conviver.” (Entrevistado K, Helenira Resende, Marabá-PA, 2015). “É uma luta que a gente pensa um dia vencer, antes eu estava por gostar dos vizinhos e hoje estou para ganhar, como falam lá fora, mas aqui é conquistar na luta com muito sacrifício.” (Entrevistada L, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015).
O que significa a terra?	Possibilidade de territorialização duradoura e de melhores condições de reprodução social pelo trabalho na terra	“Futuramente... nasci na terra, trabalho na terra né! É um sustento! Acho que é melhor do que trabalhar empregado. Na rua [cidade] só trabalha na chácara dos outros, no terreno dos outros.” (Entrevistado N, do Hugo Chaves, Marabá-PA, 2015). “É um meio de sobrevivência, que é um dos mais importantes. Da terra você produz vários tipos de alimentos [...]. É uma independência, com um pedaço de terra você se torna uma pessoa independente.” (Entrevistada M, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015).

Quadro 2. Sudeste paraense: territórios-acampamentos organizados pelo MST, 2015.(cont.)

Aspectos qualitativos do acampamento	Elementos definidores do acampamento	Fala dos acampados
Organização socioespacial	Os Núcleos de Base são a forma de organização interna do acampamento	“São núcleos de famílias [...] que existe um coordenador e uma coordenadora [...], essa coordenação que vai sentar com nossa militância, que é a coordenação geral do acampamento [...] que vão discutir, avaliar, definir e encaminhar a decisão coletiva mesmo para encaminhar aos núcleos de família. E ainda existem os setores, que é o setor de educação, saúde, produção, tem o coletivo de juventude [...] E é uma tarefa puxada porque no início de acampamento, nos primeiros quatro, cinco anos são nove reuniões por semana [...] Um dos nossos segredos é planejamento, nos planejando e decidindo coletivamente. Não existe chefe, não existe líder, não existe um dá ordem de cima para baixo. Tudo que tem de ser definido internamente, tem que sentar com o coletivo e aí ainda vamos com a assembleia que é uma das nossas maiores instâncias para decidir, tomar a decisão do que vamos fazer internamente e externamente no movimento.” (Entrevistada N, João Canuto, Sapucaia-PA, 2015).
Sociabilidade	Sociabilidades mais próximas, mas mediadas pelo conflito	“É uma experiência única (no acampamento) porque é um companheirismo onde todos lutam por um objetivo só, se organiza entre nós, resolve os problemas entre nós, somos unidos, somos uma família, apesar das desavenças.” (Entrevistada L, do Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015). “A gente no começo não conhecia o movimento... é difícil, mas faz aquela comunidade.” (Entrevistada O, Roseli Nunes, Tucumã-PA, 2015)
Formas de resistência e estratégias de permanência na terra	Manifestações; ocupações de prédios públicos; criação de escolas	“[...] Uma das primeiras coisas que mantêm a nossa segurança na terra é um colégio desses [...], primeira coisa que você tem que fazer quando nós ocupamos a terra [...]. As manifestações são mais para adiantar os processos.” (Entrevistado P, Frei Henri, Curionópolis-PA, 2015).
Principais formas de violência	Veneno na plantação; ações de pistoleiros e policiais; despejos por reintegração de posse com destruição de plantações, barracos e instrumentos de trabalho	“[...] Se eu não estou enganado foram seis conflitos que teve aqui dentro [...] com os pistoleiros da fazenda. Aqui tu não podia sair fora não, na hora que tu sai os caras te atacavam [...] se nós saíssemos para pescar, eles tomavam, botavam o pessoal para correr [...], as mães de família não podiam sair para pegar um peixe [...] que eles atacavam e era com arma mesmo [...] nós não podia sair daqui, se nós sai daqui a polícia atacava nós [...] nossas famílias começou a passar necessidade porque não tinha como sair para arrumar o pão para dá para nossos filhos.” (Entrevistado Q, Dalcídio Jurandir, Eldorado dos Carajás-PA, 2015).

Fonte: Trabalho de campo, 2015-2023.

Conclusões

Os territórios-acampamentos, por meio da construção de uma rede geográfica solidária camponesa de luta pela terra e da política de escala, desenvolvem um conjunto de relações econômico-políticas e cultural-simbólicas, que permitem a construção de um território de *luta e de resistência* permanentes e em diversas escalas geográficas contra o agronegócio e a mineração; de *comunicação* por possibilitar a formação política dos sujeitos; e de *interação espacial*, que cria condições de sociabilidades próximas e coletivas, congregando as três dimensões do espaço de socialização política (Fernandes, 2005).

Essas três dimensões permitem a disputa pelo território em relação aos agentes hegemônicos, ainda que em condições assimétricas e distintas, visto que os acampados ocupam as terras dos latifúndios e grafam sua(s) história(s), ao mesmo tempo que buscam se (re)apropriar dos aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2005)₂ ou constroem outros de caráter alternativo, lutando por escolas do campo e por cursos destinados aos trabalhadores rurais em Universidades, Institutos Federais etc, que incluam o debate da agroecologia e da reforma agrária dos movimentos socioterritoriais, com o intuito de propor um outro projeto de desenvolvimento regional, pautado na diversidade territorial, incluindo os diversos sujeitos do campo e da cidade.

Os territórios-acampamentos intermediam a condição de sem-terra e a produção de um espaço coletivo, que é atravessado pela solidariedade e pelo conflito, e que pode vir a se tornar um assentamento (Turatti, 1999), sendo um momento intersticial entre um território precarizado e provisório e a possibilidade de um território relativamente melhor dotado de condições de reprodução social e que permita segurança territorial, obtendo, o acampado, o direito de se fixar e de trabalhar em suas terras, deixando a condição de migrante forçado (transição de “sem-terra” para assentado). Nas palavras dos acampados:

“a gente vai ter mais sossego [caso consigam a criação do assentamento], vai estar dentro de uma terra. Aí de tudo se planta um pouco, o que dá para se manter, para as crianças, tem a mandioca, cria e é uma vida sossegada. Na rua [na cidade] tudo é difícil, mesmo para quem tem emprego.”
(Entrevistado R, acampado do Helenira Resende, Marabá-PA, 2015).

Os acampamentos compreendem a realidade social de diversas famílias “sem-terra” no Brasil e, particularmente, do sudeste paraense, que lutam pelo direito ao território de reprodução da vida, ao direito de se tornarem visíveis perante o Estado e à sociedade, e ao direito de trabalharem em suas propriedades e não no “cativeiro dos fazendeiros...”

Referências

- ANM. Agência Nacional de Mineração. **Anuário mineral estadual-Pará**. 2017. Disponível em: <<http://antigo.anm.gov.br/portal/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/anuario-mineral-estadual/para>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- CPT. **Conflitos no campo Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2020. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/131-conflitos-no-campo-brasil-2009?Itemid=0>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- CPT. **Acampamentos**. 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/16-acampamentos>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais ...** Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra**. Presidente Prudente, 5 ago. 2005. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Construcaoconceitual.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. **Censo agropecuário**, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>. Acesso em: 14/08/2018.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MEEK, D. D. **Movements in education**: the political ecology of education in the brazilian landless workers' movement. 2014. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Georgia, Athens, 2014. Disponível em: <[http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek Movements in Education.pdf](http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/Meek%20Movements%20in%20Education.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia**: teoria e crítica: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- MOREIRA, Edma; SILVA JÚNIOR, Amintas; MUNIZ, Rodrigo de almeida; SILVA, Jerônimo Silva e; MIRANDA, Rogério Rego; ALVES, Ailce Margarida Negreiros; GIRALDO, Paola. **Diagnóstico das condições produtivas, sociais e de infraestrutura do acampamento Dalcídio Jurandir**. 2017. Disponível em <

<https://www.unifesspa.edu.br/images/banners/2017/DIAGNOSTICO-DALCDIO-JURANDIR.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

- MOREIRA Emília; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, v. 10, n. 10, 2007. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/1424>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- MELO, Tarso de. **Direito e ideologia**: um estudo a partir da função social da propriedade rural. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2007.
- SIGAUD, Lygia Maria. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, v. 58, p. 73-92, 2000.
- SIGAUD, Lygia Maria. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 132-175.
- SMITH, Neil. Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. B. (Eds.). **Scale and geographic inquiry**: nature, society and method. Oxford: Blackwell, 2004. p. 192-212.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- TURATTI, Maria Cecília Manzoli. Acampamentos do MST - uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – **Anpocs**, 23., 1999, Minas Gerais. Minas Gerais: Caxambu, 1999. p. 1-30.

Contribuição dos autores

Conceitualização: MIRANDA, R.R. Curadoria de dados: Não aplicável. Análise formal: MIRANDA, R.R.; LIMA, M. M. Aquisição de financiamento: Não aplicável. Investigação: MIRANDA, R.R. Metodologia: MIRANDA, R.R.; LIMA, M. M. Administração do projeto: Não aplicável. Recursos: Não aplicável. Software: Não aplicável. Supervisão: Não aplicável. Validação: MIRANDA, R.R.; LIMA, M. M. Visualização: MIRANDA, R.R.; LIMA, M. M. Escrita – rascunho original: MIRANDA, R.R. Escrita – revisão & edição: MIRANDA, R.R.; LIMA, M. M.

Base de dados

<https://www.cptnacional.org.br/>

Financiamento

Este trabalho não recebeu nenhum subsídio específico de agências de fomento nos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

Agradecimentos

Aos camponeses que na luta nos ensinam que um outro mundo é possível.
